

**18. PROCESSO DE CONTRATUALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DE BRAGA:**

Do **Sr. Vereador Miguel Bandeira** submetendo proposta de contratualização do Serviço Público de Transporte de Passageiros de Braga (nº 3 do artigo 9º do REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, de acordo com informações técnicas em anexo da Divisão de Trânsito e Mobilidade.

## PROPOSTA

**Assunto:** Celebração de contrato de concessão do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município de Braga, com o operador interno TUB – Transportes Urbanos de Braga, EM.

Considerando que:

O Município de Braga é a autoridade de transportes para o serviço público de transporte rodoviário de passageiros de âmbito municipal na respetiva área geográfica (o «serviço público»), nos termos do Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/ 2015, de 9 de junho («RJSPTP»).

A prossecução dessas competências determina que a prestação do serviço público é da responsabilidade do Município de Braga. Tendo em vista garantir a plena prossecução dessas atribuições, o Município de Braga tem vindo a desenvolver os trabalhos necessários a definir os termos em que o mesmo se processará a partir do dia 3 de dezembro de 2019, ao abrigo das disposições legais substituídas pelo RJSPTP.

Os trabalhos preparatórios decorreram até novembro de 2019, através da elaboração do documento «CONTEXTUALIZAÇÃO DA CONTRATUALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS DE BRAGA» (o «Estudo»), que se encontra em anexo à presente proposta e se dá aqui por integralmente reproduzida. Nesse Estudo foram avaliados diferentes cenários de exploração do serviço público.

O Regulamento (CE) n.º 1370/2007 afirma, de um modo claro, no seu considerando 12, a legitimidade da operação dos serviços públicos de transporte de passageiros por parte de empresas públicas, fazendo eco dos princípios da neutralidade no que se refere ao regime de propriedade consagrado no artigo 345.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia, da liberdade de os Estados-Membros definirem os serviços de interesse económico geral no seu

território, da subsidiariedade e da proporcionalidade. Os TUB – Transportes Urbanos de Braga, EM («TUB»), são uma empresa local nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, sendo a sua entidade participante exclusivamente o Município de Braga, que vêm assegurando o serviço de transporte público de passageiros, opção que se deve manter.

Assim, com fundamento nos elementos de facto constantes do Estudo, entende-se que a exploração do serviço público de transporte de passageiros de âmbito municipal deve:

- Ser explorado por operador interno contratado para o efeito através de contrato de serviço público, nos termos do disposto nos artigos 16.º, n.º 1, alínea b), subalínea i), e 17.º do RJSPT, em detrimento da seleção de um operador privado, com fundamento nas razões indicadas no Estudo, para as quais se remete;
- Os TUB – Transportes Urbanos de Braga, EM («TUB»), enquanto empresa local detida exclusivamente pelo Município de Braga, devem manter-se como operador interno e assegurar o serviço de transporte público de passageiros;
- A exploração de serviço público será realizada através de contrato de concessão de serviço público de transporte rodoviário de passageiros de âmbito municipal, nos termos do artigo 20.º do RJSPT. Fica assim excluída a exploração do serviço por contrato de aquisição de serviços – que implicaria a assunção pelo Município de Braga de todos os riscos da operação – com fundamento nas razões indicadas no Estudo, para as quais se remete;
- A receita tarifária gerada pela exploração do serviço público é exclusivamente remuneração do operador interno;
- Pelo cumprimento das obrigações de serviço público será devido o pagamento de compensações aos TUB pelo Município de Braga, fixadas de acordo com a fundamentação constante do Estudo, para a qual se , de remete. As compensações serão calculadas e pagas anualmente em resultado da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Tipo de passe, tipo de coroa} * \text{valor do tarifário} * \text{nº de passes vendidos} + \text{linhas deficitárias}$$

As estimativas dos montantes anuais das compensações financeiras pela Autoridade Municipal de Transportes pelo cumprimento da obrigação de serviço público são as seguintes.

Ano	Compensações Financeiras
2020	5 416 891,89 €
2021	5 558 440,24 €
2022	5 695 859,17 €
2023	5 833 278,09 €
2024	5 970 697,02 €
2025	6 108 115,95 €
2026	6 245 534,87 €
2027	6 382 953,80 €
2028	6 520 372,72 €
2029	6 657 791,65 €
<b>Valor das compensações financeiras</b>	<b>60 389 935,40 €</b>

Quadro 1| Compensações Financeiras (valores expressos em Euros e sem IVA), elaborado com base no pressuposto de que os valores foram calculados na base da tarifa de 2019, para todo o período da concessão, não se prevendo, assim, aumento da tarifa nem o efeito da taxa de inflação.

- Os níveis mínimos de serviço consistem nos serviços adicionais aos atualmente prestados necessários para cumprir os níveis mínimos de serviço previstos por lei no RJSPTP. Serão explorados pelo operador em transporte regular e/ou flexível, remunerando-se através da receita tarifária;
- O transporte escolar especializado fica excluído do serviço a prestar pelo operador, mantendo-se na esfera do Município; o transporte escolar regular (v.g., passes escolares) é prestado pelos TUB;
- O transporte flexível é incluído desde já no objeto da prestação do serviço público, incumbindo ao operador implementar e operar uma plataforma eletrónica;
- O prazo da concessão é fixado em 10 anos, com fundamento nas razões indicadas no Estudo, para as quais se remete;
- A frota terá exigências de qualidade que se traduzem numa melhoria relativamente à situação atual (idade, limpeza, wi-fi, etc);
- O serviço mantém a imagem uniformizada ao nível da frota, website, paragens e abrigos, de acordo com normas técnicas/estilo aprovadas pelo Município de Braga.
- O tarifário será semelhante ao atual, sendo a sua atualização realizada nos termos legalmente previstos.

- Para os efeitos do disposto no artigo 17.º do Código dos Contratos Públicos, o valor do Contrato é de 136.522.578,88€ (cento e trinta e seis milhões, quinhentos e vinte e dois mil, quinhentos e setenta e oito euros e oitenta e oito cêntimos), tendo a sua fixação sido obtida tendo por base o somatório das estimativas de receitas tarifárias a auferir pela concessionária durante a execução do contrato e o montante estimado de compensações de serviço público a pagar pelo Município de Braga.

A fundamentação das referidas opções encontra-se vertida no Estudo. As opções foram materializadas na minuta de Contrato de Concessão de Serviço Público, a qual se encontra em anexo e que aqui se dá por reproduzida.

/Os TUB podem prestar serviços ao Município de Braga tendo em consideração o disposto no artigo 17.º do RJPSPT e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. O Município de Braga contrata os TUB com dispensa de observância de um procedimento pré-contratual segundo a Parte II do Código dos Contratos Públicos, conforme estipulado no artigo 5.º-A, n.º 1, desse mesmo Código, porquanto:

- O Município exerce isolada e diretamente sobre a atividade dos TUB um controlo análogo ao que exerce sobre os seus próprios serviços;
- Os TUB desenvolvem integralmente a sua atividade no desempenho de funções que lhe foram confiadas pelo Município;
- Não há participação direta de capital privado nos TUB.

O Município de Braga dispensa os TUB de prestação de caução, nos termos do disposto no artigo 88.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos.

A despesa a que o presente contrato dá lugar para o ano de 2020 encontra-se cabimentada com o número sequencial 47967 e com o compromisso sequencial número 55219.

Atento o exposto, proponho à Câmara Municipal que seja deliberado:

1. Solicitar à Assembleia Municipal autorização para a abertura do procedimento para a realização da despesa com encargo orçamental em mais de um ano económico, e respetivo compromisso plurianual, de acordo com o estabelecido artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho bem como no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, tendo por base a seguinte repartição:

Ano	Valor S/IVA	Valor C/IVA
2020	5 416 891,89 €	5 741 905,40 €
2021	5 558 440,24 €	5 891 946,65 €
2022	5 695 859,17 €	6 037 610,72 €
2023	5 833 278,09 €	6 183 274,78 €
2024	5 970 697,02 €	6 328 938,84 €
2025	6 108 115,95 €	6 474 602,91 €
2026	6 245 534,87 €	6 620 266,96 €
2027	6 382 953,80 €	6 765 931,03 €
2028	6 520 372,72 €	6 911 595,08 €
2029	6 657 791,65 €	7 057 259,15 €
	<b>60 389 935,40 €</b>	<b>64 013 331,52 €</b>

2. Solicitar à Assembleia Municipal a autorização para celebrar Contrato de Concessão de Serviço Público de transporte rodoviário de passageiros de âmbito municipal, de acordo com as condições gerais constantes do Estudo, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
3. Autorizar a realização da despesa no valor global de 60.389.935,40€ (sessenta milhões, trezentos e oitenta e nove mil, novecentos e trinta e cinco euros e quarenta cêntimos), ao qual acrescerá IVA à taxa em vigor;
4. Aprovar a minuta de Contrato de Concessão de Serviço Público, conforme documento em anexo, condicionada à obtenção de parecer favorável do regulador setorial, a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, bem como às alterações ou recomendações que o mesmo possa vir a determinar no seu parecer;
5. Autorizar a decisão de contratar a concessão do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município de Braga com os TUB, pelo prazo de 10 (dez) anos;
6. Submeter o Contrato de Concessão de Serviço Público a parecer prévio vinculativo por parte da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes.

Braga, 27 de novembro de 2019.

O Presidente da Câmara Municipal,

Dr. Ricardo Rio

**DOC.GENER: Concessão/2019**

Serviço Requiritante: 10 Câmara Municipal  
Organica: 0102 Câmara Municipal  
Económica: 020210 Transportes  
GOP:

N.Seq.: 47967

Orçamento  
Dotação disponível: 120 000,00  
Cabimentado: 106 287,84  
Saldo: 13 712,16

Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lang.	Valores		Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções	N. Seq.	Documento		
27/11/2019	17274	0,01					

0,01 Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município de Braga.

27/11/2019 20955

55219 CONTR.: Concessão/2019

0,01

0,00 Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município de Braga.

CONTR.: Concessão/2019

Serviço Requisitante: 10 Câmara Municipal

Cabimento prévio: DOC.GENER: Concessão/2019

Entidade: 10415 TUB - Transportes Urbanos de Braga, EM  
NIF: 504807684

Orgânica: 0102 Câmara Municipal  
Económica: 020210 Transportes

GOP:

Contrato:

N.Seq.: 55219

Data	Nº Lanç.	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
27/11/2019	20955	0,01				0,01		Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município de Braga.
27/11/2019	20956					0,01	5 741 905,40	
27/11/2019	20957					0,01	5 891 946,65	
27/11/2019	20958					0,01	6 037 610,72	
27/11/2019	20959					0,01	46 341 868,75	



*A. S. de Sousa*

**Informação do Documento Nº:** I/36578 /2019

**Assunto:** Processo de Contratualização do Serviço Público de Transporte de Passageiros

**Chefe da Divisão de Trânsito e Mobilidade:** Filipa Corais, Arq.<sup>a</sup>

**Data:** 27.11.2019

*A reunião da Câmara  
obteve a consideração  
superior, para procedi-  
mento de acordo com  
a proposta fornecida.*

*27/XI/2019*

*Paulo Bandeira*

Concorda-se com a informação do técnico da DTM.

A presente proposta de contratualização de Serviço Público de Transporte de Passageiros de Braga decorre no âmbito das competências de regulação e planeamento das redes de transporte rodoviário que foram transferidas para o Município, através da Lei 52/2015, de 9 de junho, alterada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (RJSPTP). De facto, o Município de Braga assume as competências de Autoridade Municipal de Transportes, delegando-as no Pelouro da Mobilidade e integrando a DMUOP-DPOT-DTM no grupo de trabalho (em outubro de 2016, através do processo I/57/DTM/2016).

Tendo sempre presente a necessidade de avançar com o processo de contratualização, foi solicitado o apoio de assessoria Jurídica e Técnica especializada para a implementação do RJSPTP relativa à prestação do serviço público do transporte de passageiros, através do documento I/134/DTM/2017. Essas assessorias viriam a concretizar-se através da contratação das empresas: CINESI e JP Aguiar Branco que desenvolveram o trabalho constante da presente proposta nas suas áreas de especialização, com acompanhamento dos Serviços Municipais e Pelouro da Mobilidade.

O presente procedimento visa cumprir o requisito legal estipulado no n.º 3 do artigo 9º do RJSPTP que estipula o dia 3 de dezembro de 2019 como o prazo de vigência para a exploração do serviço público de transporte de passageiros vigentes à data da entrada em vigor do RJSPTP. Este articulado veio a ser complementado pela circular 61/2019/PB da Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP que veio informar que “o Governo aprovou já em Conselho de Ministros, aguardando-se a sua publicação, uma alteração ao regime transitório estabelecido na Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, permitindo que se possam prorrogar os instrumentos contratuais e as autorizações provisórias em vigor, no caso de se terem iniciado já aqueles procedimentos e até à conclusão dos mesmos, não excedendo o prazo de dois anos”.

Pelo exposto, para que se dê início ao procedimento aludido no último parágrafo, propõe-se o envio dos documentos em anexo para aprovação em reunião de executivo e posterior envio à AMT e respetiva obtenção de visto prévio do Tribunal de Contas.

Envia-se em anexo o parecer jurídico do consultor, bem como o processo em físico. Quanto ao parecer relativo ao modelo financeiro deverá, o mesmo, ser incorporado pela U.O. com essas competências.

À Consideração Superior.

*forais*

*Ao Sr. Vereador  
Prof. Miguel Bandeira*

*Para análise e aprovação em  
reunião do executivo municipal  
para posterior envio à AMT e obtenção  
do visto prévio do T. Contas*

*27/11/2019.  
Paulo Bandeira*

**Assunto:** Informação - Processo de Contratualização do Serviço Público de Transportes de Passageiros

**Técnico responsável:** Pedro Ismael Araújo Vale Moreira

**Informação:**

1. A 3 de dezembro de 2019 culmina um processo de contratualização obrigatório, à luz da lei 52/2015 de 9 de Junho que aprovou o **Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP)**, estabelecendo o procedimento aplicável ao **planeamento, organização, atribuição, fiscalização, investimento, financiamento, divulgação e desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros**, por modo rodoviário, ferroviário e fluvial, incluindo o **regime de obrigações de serviço público e respetiva compensação**.
2. O município de Braga constituiu-se enquanto autoridade de transportes competente em relação aos serviços de transportes públicos de passageiros municipais. Assim, a Autoridade Municipal de Transportes de Braga elaborou as peças do concurso, com o apoio jurídico do escritório de **José Pedro Aguiar-Branco**, Advogados e apoio técnico da **CINESI – Consultoria de Movilidad y Transporte**.
3. Agora, entende-se que as peças para a **contratualização de Serviço Público de Transporte Passageiros Rodoviário** e para a definição dos procedimentos legalmente exigidos, estão em observância às disposições legais e técnicas da Autoridade de Mobilidade e Transportes, previstas no RJSPTP.
4. De referir que foi entendida como fundamental para a prossecução do interesse público municipal, a articulação com a CIM do Cávado/Ave, que é a autoridade de transportes competente em relação aos serviços de transportes públicos de passageiros intermunicipais, que se desenvolvem integral ou maioritariamente na sua área geográfica.
5. As peças que se anexam, dão resposta a:
  - a. Fundamentação jurídica, económica e financeira da operação proposta;
  - b. Peças procedimentais e contratuais;
  - c. Instrumentos de planeamento do território e da mobilidade tidos em conta na elaboração dos procedimentos.
6. A fundamentação da operação proposta aborda diversas questões, tais como:
  - a. A enunciação clara dos objetivos do projeto;
  - b. A especificação da adequação do proposto às normas legais e demais instrumentos normativos aplicáveis, incluindo regimes legais aplicáveis a autarquias locais;
  - c. A indicação dos pressupostos específicos tidos em conta no apuramento do preço base do procedimento concursal/contratual, incluindo as compensações financeiras e/ou preço contratual, por obrigações de serviço público e/ou contratuais;
  - d. A adequação do prazo de vigência às circunstâncias e características específicas de cada projeto, designadamente, investimento;



- e. A fundamentação das principais opções tomadas nas peças procedimentais ou contratuais apresentadas, designadamente os pressupostos subjacentes à definição da oferta; das obrigações contratuais e de serviço público; da realização de investimentos; do modelo de remuneração; do esquema de penalidades e/ou incentivos; do reporte de informação e fiscalização e supervisão do cumprimento do contrato; da qualidade;
  - f. A fundamentação do racional subjacente ao modelo de exploração do serviço público adotado, comparando-o com as formas alternativas de alcançar os mesmos fins, tendo em conta, designadamente, o nível de risco incorrido e partilhado e o 'value for money' para o erário público;
  - g. Fundamentação da sustentabilidade e equilíbrio económico-financeiro da operação (bem como da comportabilidade orçamental da despesa associada), incluindo análises de sensibilidade.
7. Assim, esta documentação elaborada à luz do Regime Jurídico comporta um leque de desafios à Autoridade Municipal de Transporte de Braga, nomeadamente nas atribuições e competências em matérias de organização, exploração, atribuição, investimento, financiamento e fiscalização de serviço público de transporte de passageiros, bem como de determinação de obrigações de serviço público e de tarifário.
8. Agora, após a devida autorização, cumpre à Autoridade Municipal de Transportes de Braga remeter à AMT-Autoridade de Mobilidade e Transportes, toda a documentação necessária para a emissão de Parecer Prévio Vinculativo deste regulador, relativo ao Procedimento Contratual para o Operador de Serviço Público de Transporte de Passageiros do Município de Braga.
9. Após este procedimento, para que o contrato de concessão possa ter eficácia financeira, há necessidade de obtenção de visto prévio do Tribunal de Contas.

À consideração superior.

PARECERES/INFORMAÇÕES

DESPACHOS/DELIBERAÇÕES

**INFORMAÇÃO N.º:** DCPCG062

**DATA:** 2019/11/27

**ASSUNTO:**

Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município de Braga

O Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP, Lei n.º 52/2015, de 9 de junho) adapta ao enquadramento nacional as diretrizes europeias que estabelecem as condições em que as autoridades competentes podem impor obrigações de serviço público, no âmbito de um contrato de serviço público de transporte de passageiros.

Para aplicação deste novo regime jurídico, foram estabelecidas um conjunto de disposições transitórias, que, resumidamente, encontram-se estruturadas em duas fases: (i) criação e organização das novas autoridades de transportes e modelo de governação do sistema; (ii) planeamento do sistema de transporte a concretizar, financiamento e contratualização.

Cumprida a primeira fase, e, tendo o Município de Braga sido constituído autoridade de transporte para o serviço público de transporte rodoviário de passageiros de âmbito municipal na respetiva área geográfica, torna-se necessário garantir a plena prossecução dessas atribuições, e os termos e forma de contratualização que assumirão a partir do dia 3 de dezembro de 2019.





Assim, o presente documento, tem como principal objetivo a caracterização e a delimitação da matriz do contrato de serviço público a estabelecer, tendo como finalidade determinar e suportar a fundamentação económico financeira relativa aos diferentes cenários de exploração do serviço público de transporte rodoviário de passageiros no município de Braga.

Para a elaboração deste estudo foram tidos em conta os seguintes pressupostos:

1. O Município de Braga é detentor de 100% do capital social da empresa municipal TUB - Transportes Urbanos de Braga, E.M, que tem por objeto social a exploração da rede de transporte coletivo de passageiros no concelho de Braga;
2. A empresa municipal TUB - Transportes Urbanos de Braga, E.M constitui ao longo dos anos o único operador de Transportes Coletivos de Passageiros de todo o concelho;
3. A estratégia municipal relativamente ao desenvolvimento do serviço público de transporte coletivo de passageiros, designadamente, planeamento, organização, investimento, financiamento e divulgação foi sendo executada pela empresa municipal (TUB);
4. Desta forma, para sustentação do estudo efetuado, foi opção utilizar a TUB como fonte de informação, designadamente, custos de exploração associados à operação, quadro de pessoal, evolução do número de clientes, número de autocarros existente, investimento a concretizar para o cumprimento dos objetivos estratégicos assumidos no estudo e, por fim, financiamento necessário.

Assim, para cumprimento do disposto no RJSPT e dos pressupostos tendentes à contratualização do serviço público de transporte coletivo de passageiros, anexa-se (Anexo 3) o modelo financeiro da conceção.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE, PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO



Sandro Louro